

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

19 FEV 2019

Protocolo:

015/19

Processo:

015/19

Casa Civil - CASA CIVIL

MENSAGEM N. 02, DE 7 DE JANEIRO DE 2019.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, o qual "Estabelece diretrizes para a Política Estadual de Atenção Integral a Saúde das Pessoas com diagnóstico de Doença Renal.", encaminhado a este Executivo por meio da Mensagem nº 386/2018-ALE, de 12 de dezembro de 2018.

Nobres Parlamentares, a matéria em apreço busca assegurar qualidade de vida às pessoas acometidas de doenças nefrológicas e aprimorar o acesso dessas aos serviços de saúde, contudo, embora louvável sua iniciativa, apresenta inconstitucionalidades evidentes e inegável aumento de despesa.

Destaco que o Autógrafo de Lei nº 1.085, de 12 de dezembro de 2018, em aspecto formal, não é de competência do Poder Legislativo, pois veicula Programa de Governo, contrariando o preceituado no ordenamento jurídico acerca da exclusiva atuação legiferante do Chefe do Poder Executivo no tocante ao início de processos de lei que disponham sobre o funcionamento e gestão da Administração Pública.

Nesse sentido, dispõe a Constituição do Estado no artigo 39, § 1º, inciso II, alínea "d" e no artigo 65, inciso VII:

Art. 39.

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.

Art. 65. Compete privativamente ao Governador do Estado:

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei;

Nesse diapasão, é incontroversa a ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes, vez que a atividade parlamentar foi exercida além do permitido pelo texto constitucional, ferindo a harmonia e independência entre os Poderes, disposto no artigo 2º da Constituição Federal e reproduzido, em atenção ao Princípio da Simetria, no artigo 7º da Constituição do Estado, a seguir transcritos:

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

08 JAN 2019

Solange Costa
Servidor (nome legível)

Constituição Federal

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição do Estado



Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, não podendo, quem for investido em cargo de um deles, exercer a de outro.

Outrossim, quanto ao assunto em tela, a jurisprudência delineia ser restritiva do Poder Executivo as normas referentes à gestão pública, assim como as leis que acarretem criação de despesas sem indicar a respectiva fonte de custeio, haja vista a existência de despesas exigir consignação de dotação orçamentária suficiente, conforme ementa do seguinte entendimento:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 6.151 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014, DO MUNICÍPIO DE OURINHOS, QUE INSTITUI A 'SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À VERMINOSE' - INICIATIVA ORIUNDA DO PODER LEGISLATIVO LOCAL - INVIABILIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL CARACTERIZADA - LEI QUE DISCIPLINA MATÉRIA PRÓPRIA DE GESTÃO PÚBLICA, EM ATO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CUJA INICIATIVA CABE EXCLUSIVAMENTE AO CHEFE DO EXECUTIVO - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - ATO LEGISLATIVO IMPUGNADO, ADEMAIS, QUE ACARRETA CRIAÇÃO DE DESPESA SEM INDICAR RESPECTIVA FONTE DE CUSTEIO - OFENSA AOS ARTIGOS 5º, 24, § 2º, ITEM 2, 25, 47, INCISOS II, XIV, XIX, ALÍNEA 'A', 144, E 176, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO BANDEIRANTE - PRECEDENTES - PRETENSÃO PROCEDENTE. (TJ-SP - ADI: 20098026620158260000 SP 2009802-66.2015.8.26.0000, Relator: Francisco Casconi, Data de Julgamento: 13/05/2015, Órgão Especial, Data de Publicação: 18/05/2015).

Ante o exposto, a propositura é eivada de vício de iniciativa e contraria frontalmente as Constituições Federal e do Estado, impondo-se a necessidade de veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências, e consequentemente com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 07/01/2019, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4251198** e o código CRC **1D4114CE**.